

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 154/XII/ 4.ª SL

Aos 11 dias do mês de novembro de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Pedido do Presidente da República de assentimento da Assembleia da República à sua deslocação ao México nos dias 6 a 11 do próximo mês de dezembro, a fim de participar na XXIV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

2. Audição do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, a requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre a participação de Portugal no esforço internacional de combate ao Estado Islâmico e requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, sobre a eleição de Portugal, pela primeira vez, para o Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

---

1. Pedido do Presidente da República de assentimento da Assembleia da República à sua deslocação ao México nos dias 6 a 11 do próximo mês de dezembro, a fim de participar na XXIV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início á reunião, começando por apresentar a solicitação do Senhor Presidente da República para se ausentar do país, entre os dias 6 a 11 de dezembro, a fim de participar na XXIV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo e o respetivo parecer. Submetido a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência do BE.

2. Audição do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete, a requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sobre a participação de Portugal no esforço internacional de combate ao Estado Islâmico e requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, sobre a eleição de Portugal, pela primeira vez, para o Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 154/XII/ 4.ª SL

O Sr. Presidente leu os requerimentos, apresentou as grelhas e sugeriu que os temas fossem tratados separadamente. Intervieram a propósito da organização da reunião os Srs. Deputados António Rodrigues (PSD) e Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) tendo sido deliberado tratar separadamente as questões objeto dos dois requerimentos.

O Sr. Deputado Marcos Perestrello (PS) apresentou o requerimento do seu grupo parlamentar e disse que nele constava o pedido para que a audição se realizasse á porta fechada o que não teve a concordância da maioria pelo que a audição será pública. O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros fez declarações públicas sobre os portugueses que aderiram ao SIS e em particular sobre jovens portuguesas que teriam manifestado vontade de regressar a Portugal. Perguntou ao Sr. Ministro se conhece as ameaças de morte que pendem sobre os membros que querem abandonar as fileiras do designado Estado Islâmico e ainda como interpreta as declarações do Sr. Ministro da Administração Interna que permitem deduzir que considera esta questão matéria classificada. A concluir, perguntou ainda se concordava com a afirmação que o Estado Islâmico é a maior ameaça à Europa após a II Guerra Mundial.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros falou sobre o Estado Islâmico e respondeu às questões colocadas, esclarecendo que o número de portugueses que fazem parte do EI tem sido abundantemente referido pelos jornais. A expressão 2 ou 3 mulheres querem regressar não permite qualquer identificação concreta. O problema dos regressados é muito importante e o Conselho de Segurança ocupou-se desse tema. Reiterou que não considera ter posto em causa, através das afirmações que proferiu, pessoas ou o Estado português. Quanto ao Sr. Ministro da Administração Interna não houve troca de impressões e concluiu dizendo que nada mais tinha a acrescentar.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) disse que há uma questão que importa esclarecer: a ação destes grupos tem sido apresentada com algum romantismo, não importando até esquecer o que o próprio Estado Islâmico proclama. Citou a Eurodeputada Ana Gomes dizendo que o que importa é que quem se associa ao

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 154/XII/ 4.<sup>a</sup> SL

Estado Islâmico é terrorista e rematou considerando que importava perguntar hoje de que lado está o PS.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros respondeu de forma resumida, considerando que o ISIS é uma organização terrorista e é talvez a mais grave ameaça que hoje é colocada aos Estados, que não pode ser ignorada. É importante alertar os jovens para esta questão. Um partido como o PS não deve ceder ao interesse de fazer jogos partidários.

O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) agradeceu o que foi dito até porque informou sobre a posição de Portugal e a estratégia que tem sido utilizada. A posição do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros é clara e o CDS-PP subscreve-a. Entre a Síria e o Iraque, o Estado Islâmico já ocupa uma área idêntica à de Portugal. Que evolução houve no desenvolvimento das sanções e que atuação concertada podemos esperar.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros disse que importava reter o facto de o ISIS pagar muito bem aos seus militantes pelo que necessita de um financiamento elevado. Portugal tem colaborado com os restantes países e tem contribuído para diminuir o volume de divisas que o ISIS possui. É difícil identificar a culpabilidade dos países. Os poços de petróleo nas mãos do ISIS têm permitido o financiamento mas espera que esta situação se inverta em breve. A Conferência de Paris contou com poucos Estados mas logo após a sua realização Portugal tem participado ativamente e concluiu referindo que a perigosidade da organização é hoje reconhecida.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Cruz (PCP) começou por referir que o Sr. Ministro não foi ao cerne da questão. A situação no Médio Oriente foi criada pela guerra no Iraque e não podemos dissociar estas questões. Esqueceu-se de dizer que aqueles que condenam o Estado Islâmico foram aqueles que estiveram na criação e financiamento destes grupos. O que se impõe é uma ação de solidariedade e não vimos da parte do Governo uma condenação destes processos de ingerência por parte dos EUA. O Sr. Ministro vai condenar as ações que os EUA e os aliados têm desenvolvido e que

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 154/XII/ 4.ª SL

medidas de segurança interna estão a ser ponderadas de acordo com o que afirmou, perguntou.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros disse que a Sr.ª Deputada se esqueceu da ingerência da Rússia no Afeganistão e muitas outras situações que podem ser apontadas como tendo contribuído para a atual situação. Para a resolução do problema da Síria é muito importante a posição da Rússia e a posição do Irão. A solução não é fácil e não estão apenas em causa os Estados ocidentais. É uma batalha que vai durar muitos anos.

O Sr. Deputado Marcos Perestrello (PS) disse que não queria entender a desconsideração do Sr. Ministro quanto à atuação do PS como um preconceito ou desrespeito à atuação dos partidos. É exatamente no domínio das palavras que a atuação do estado português não é satisfatória e perguntou porque é que o Sr. Ministro não participou na Conferência de Paris. Quanto às afirmações relativas aos portugueses envolvidos no Estado Islâmico disse que era possível determinar a identificação das pessoas em causa. Rematou considerando que o Sr. Ministro não fez uma declaração clara de condenação dos portugueses que aderiram ao Estado Islâmico.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros disse que a organização foi reconhecida como terrorista pela Assembleia Geral das Nações Unidas pelo que não se justifica que tenha de o repetir. O que importa é prevenir e informar os jovens portugueses que qualquer ação de conexão com o Estado Islâmico é grave.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) salientou a importância da forma como são recrutados estes jovens. Mencionou ainda a questão da irresponsabilidade de o PS falar no facto de não ter sido indicado o ISIS como uma organização terrorista quando tal aconteceu através da aprovação de um voto na Assembleia da República. Esta questão tem a ver com o percurso de uma organização de terroristas, de mercenários que decapitam pessoas. Por isso quisemos ligar esta questão à dos direitos humanos.

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 154/XII/ 4.ª SL

O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) disse que a forma como o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros respondeu já revela a importância que o tema tem para o Estado Português. Concluiu salientando a importância da sensibilização dos jovens.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) disse que o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros não respondeu ao que é perguntado: a situação no Médio Oriente é em grande parte responsabilidade da NATO. Esta escalada belicista é realizada à margem do direito internacional e da Carta das Nações Unidas. Que avaliação faz da ingerência dos EUA a Síria, perguntou a concluir.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros disse que a perigosidade do ISIS é inquestionável. Reiterou que as culpas na situação do Médio Oriente são múltiplas e até anteriores à guerra de 14-18.

Passou-se então ao tema constante do requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do PSD tendo o Sr. Presidente dado a palavra à Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas (PSD) para o apresentar.

A Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas (PSD) começou por salientar o facto de Portugal ter sido eleito em outubro passado pela primeira vez para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas o que constituiu uma vitória da diplomacia portuguesa. Com 184 votos a favor, Portugal foi eleito para integrar o organismo que tem por missão monitorizar o respeito internacional pelos Direitos Humanos. O mandato inicia-se em janeiro de 2015 e termina em dezembro de 2017 e permite ao país estar representado nos principais órgãos internacionais e na tradição e defesa dos direitos humanos a nível internacional.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros agradeceu e falou o trabalho realizado pela diplomacia portuguesa e que culminou um processo de negociações que durou cerca de 3 anos.

## COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

### ACTA NÚMERO 154/XII/ 4.ª SL

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) disse que Portugal pode dar o seu contributo para a defesa dos direitos humanos no mundo. É importante que o Governo seja coerente com o que afirmou na campanha. Falou ainda em problemas de direitos humanos existentes no país, designadamente a sobrelotação das prisões e concluiu perguntando se com as medidas de austeridade adotadas Portugal não está a pôr em causa direitos humanos fundamentais.

O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) disse que o seu grupo parlamentar não acompanhou o PSD na apresentação do requerimento o que não significa que não acompanhe o regozijo com esta eleição. A notícia desta eleição coincidiu com a notícia relativa às redes energéticas o que representa o bom trabalho que está a ser feito. Concluiu perguntando que importância dá o Governo à questão da intolerância religiosa.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) citou a Resolução da Assembleia da República n.º 10/2008 sobre o acompanhamento da pobreza em Portugal e disse que o Governo atirou milhares de pessoas para a pobreza, o que representa uma violação dos direitos humanos. Disse ainda que o Sr. Ministro defende os direitos no exterior enquanto em Portugal entende que têm de ser suspensos. Perguntou para quando o reconhecimento do Estado da Palestina e a condenação dos crimes perpetrados por Israel. Relativamente ao Sahara ocidental perguntou o que é que o Governo português vai fazer junto do Reino de Marrocos para que este cumpra os direitos do povo saharai.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros respondeu às questões colocadas, discordando que em Portugal se vivesse uma situação de desrespeito dos direitos humanos.

O Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Ministro que se retirou tendo a reunião sido encerrada às 17:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS**

**ACTA NÚMERO 154/XII/ 4.ª SL**

Palácio de São Bento, 20 novembro 2014.

**O PRESIDENTE**

**(SÉRGIO SOUSA PINTO)**

**COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS**

**ACTA NÚMERO 154/XII/ 4.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins  
Carina Oliveira  
Carla Cruz  
Carlos Alberto Gonçalves  
Celeste Correia  
Feliciano Barreiras Duarte  
Filipe Lobo D' Ávila  
Maria de Belém Roseira  
Maria Ester Vargas  
Maria Gabriela Canavilhas  
Maria José Moreno  
Mário Magalhães  
Paulo Pisco  
Ricardo Baptista Leite  
Sérgio Sousa Pinto  
Ana Paula Vitorino  
Ângela Guerra  
António Rodrigues  
Jorge Rodrigues Pereira  
José Lino Ramos  
Marcos Perestrello  
Mónica Ferro  
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Glória Araújo  
Helena Pinto  
Maria Manuela Tender  
Nuno Magalhães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves  
Maria João Ávila